

ÍNDIOS E BARRAGENS: O CASO TUXÁ EM ITAPARICA*

Rita Maria Costa Melo
Pesquisadora da Fundação
Joaquim Nabuco

1. O GRUPO INDÍGENA TUXÁ

Em período anterior à colonização do Brasil e mesmo nos seus primeiros anos, os índios Tuxá, à semelhança dos demais grupos indígenas do nordeste brasileiro, praticavam o nomadismo local na área hoje conhecida como médio e submédio São Francisco. A partir da conquista dessa área pelas frentes de expansão pecuária, os índios que nela habitavam, denominados indistintamente pela historiografia da época como "tapuios ou tapuyas" (Hohenthal Jr., 1960:42), passaram a viver em missões empreendidas ora por jesuítas, ora por capuchinhos franceses, ora por capuchinhos italianos. Essas missões, através de diversos aldeamentos (Assunção, Santa Maria, Rodelas, etc...), em muito contribuíram para a sobrevivência, mesmo que parcial, dos grupos indígenas sob sua guarda, ao mesmo tempo em que desocuparam vastas áreas, até então utilizadas pelos índios como local de caça, para a instalação dos latifúndios pecuaristas: germens do que mais tarde veio a ser conhecido como o Ciclo do Couro.

Assim é que, sofrendo constrangimentos físicos (através do extermínio e da escravidão), culturais e espaciais (através das perseguições e repressões às manifestações da sua cultura tradicional, sobretudo as do domínio religioso; através do trabalho mesmo de catequese e aldeamento empreendido pelos missionários), o grupo indígena Tuxá, oficialmente reconhecido como habitante imemorial das áreas circunvizinhas à cidade de Rodelas⁽¹⁾, ocupou até fevereiro de 1988; na cidade, uma rua denominada Felipe Camarão. A permanência deste grupo em área urbana confunde-se com o surgimento da cidade, a qual sabemos, "era regularmente populada por volta de 1702, quando tinha cerca de 600 almas" (Hohenthal Jr., 1960:46).

Da sua cultura tribal, pouco sobreviveu até os dias atuais: traços de um complexo sistema religioso permanecem na já sincretizada "Ciência do Oculto" ou "Particular": cerimônia atualizada quinzenalmente na área agrícola do grupo. Em termos de organização política encontramos o cacique, o pajé e o conselho tribal cuja autoridade é limitada pela tutela da FUNAI e pelos dispositivos da lei 6001/73.

Os índios Tuxá são reconhecidos tradicionalmente, como "índios de canoa" (Hohenthal Jr., 1960:45) por desenvolverem, historicamente, como base de sustentação de sua economia, a atividade pesqueira. Entretanto, nos últimos tempos, a base econômica da sociedade Tuxá descolocou-se para a agricultura que foi praticada na

* Este artigo é resultante da "Avaliação do reassentamento do Grupo indígena Tuxá de Rodelas-BA" que, por sua vez, é parte integrante da pesquisa "Avaliação do reassentamento da população rural de Itaparica", empreendida pelos Departamentos de Economia e Sociologia da FUNDAJ (CHESF/FUNDAJ)

(1) Sede do município homônimo no Estado da Bahia.

Ilha da Viúva (PE) (área que foi reconquistada em 1930 pelo Capitão João Gomes, índio Tuxá que, na ausência da instituição da cacicagem, liderava o grupo neste período), área de notável fertilidade onde os índios Tuxá desenvolveram, até aproximadamente julho de 1987 (2), uma agricultura irrigada por alagamento onde cultivavam, basicamente, o arroz, o feijão, a cebola e a mandioca. A fora estes produtos e uma expressiva fruticultura, ambos destinados aos mercados de Rodélas e, sobretudo, de Belém do São Francisco, eram cultivados também inúmeros outros produtos alimentícios destinados ao consumo familiar. O trabalho agrícola era realizado pelos membros da família nuclear sob a liderança do chefe da família, onde a mulher desempenhava também importante papel. Entretanto, por sua exiguidade espacial relativa – 108 ha para cerca de 201 famílias – e pela forma de acesso à terra usual entre eles (herança), cerca de 50% do grupo era forçado a inserir-se no mercado regional de trabalho, via assalariamentos, parcerias ou mesmo arrendamento de terras.

Em uma palavra, eram (e são ainda) “índios-camponeses” (3) em adiantado estágio de aculturação e integração (4) à sociedade envolvente, vivendo um processo de “proletarização rural” (Amorim, 1975:6) pelo não acesso à terra enquanto meio de reprodução sócio-cultural e econômica do grupo.

Entretanto, tal conjuntura não implica um enfraquecimento da identidade étnica enquanto representação definidora de fronteira e alteridade. Isto se dá não apenas no interior do próprio grupo indígena, mas também nas relações entre ele (o grupo) e a sociedade mais ampla na qual se insere. O mesmo pode-se dizer, ocorre nas relações pessoais entre índios e brancos, onde os primeiros são identificados e se auto-identificam vigorosamente como “índio Tuxá da Nação Proká”

2. A USINA HIDROELÉTRICA ITAPARICA

Em 1977 tiveram início as obras de implantação da UHE Itaparica representando mais um passo no sentido do pleno aproveitamento hidrelétrico do rio São Francisco, visando o equacionamento da questão energética no nordeste brasileiro. Pretende-se, através dela, acrescentar 2.500 MW ao sistema de geração hidrelétrica do Nordeste e alcançar uma produção anual de 8 milhões de KWh.

O complexo hidrelétrico de Itaparica compreende “uma barragem de seção mista (terra e enrocamento) associada às estruturas de concreto da casa de máquinas

(2) Os roçados foram paulatinamente desativados após esta data em decorrência dos processos de desapropriação e indenização promovidos pela CHESF para a desocupação da área que veio a ser ocupada pelo reservatório da UHE Itaparica.

(3) “Tipo especial dentro da tipologia geral do camponato brasileiro, pelas características de que se reveste: apesar da aparente igualdade com os camponeses pobres não índios, já que utilizam a mesma tecnologia rudimentar e desfrutam de oportunidades semelhantes de mercado, os índios são, no entanto, marcados pelos estereótipos desenvolvidos pelos regionais contra o ser índio; além disso, são camponeses tutelados pelo Governo Federal e, mais ainda, ao contrário da grande massa de camponeses sem terra, dispõem de reservas que, pelo menos teoricamente, lhes garantem o uso não contestado do solo. Em uma palavra, diferenciam-se pelo etnicismo, etnicidade, ou qualquer outra construção semântica que rotule a variável específica e fundamental de um modelo de camponato indígena” (Amorim, 1975:15).

(4) Utilizamos aqui o conceito do Prof. Pedro Agostinho, para quem “a expressão recobre um conjunto de formas de articulação entre sociedades indígenas privadas de sua autonomia e a sociedade nacional que as domina, verificadas nos planos do econômico, do social e do político” (1980:174).

e do vertedouro', localizada na "seção inferior do médio São Francisco, 10 Km a jusante da cidade de Petrolândia-PE e cerca de 50 km a montante do complexo Paulo Afonso/Moxotó", e por um reservatório de 834 km² cuja finalidade é o armazenamento de água para movimentação das turbinas geradoras, "situado entre as coordenadas 8000' e 9030' de latitude sul e 38000' de longitude W de Greenwich"(5)

O custo social e humano desta obra advém da construção do reservatório que implica a inundação de parcelas dos municípios de Chorrochó, Glória e Rodelas, no Estado da Bahia, e Belém do São Francisco, Floresta, Itacuruba e Petrolândia, no Estado de Pernambuco. Dentre esses municípios. Itacuruba, Petrolândia e Rodelas terão suas sedes inundadas além do povoado de Barra do Tarrachil, localizado no município de Chorrochó, que congregava, em 1985, um total de 284 famílias, segundo dados do Cadastro de Famílias da CHESF (Cf. Reservatório de Itaparica – Plano de Desocupação, 1985:44). Este fato exige a remoção de uma população aproximada de 40.000 pessoas, alterando-lhes, profunda e amplamente, o "modus vivendi"; além de alterar o meio ambiente, impactando o ecossistema. Inserido neste contingente populacional, está o grupo indígena Tuxá com cerca de 1.200 índios atualmente. O grupo Tuxá teve sua área residencial e agrícola inundada, exigindo o seu reassentamento nesses dois domínios.

3. INTERFERÊNCIAS E NEGOCIAÇÕES

Diante da imperatividade de deixar seu habitat imemorial e, consequentemente, todos os referenciais que ele possibilitava por força de sua ocupação pelo reservatório – ou lago de Itaparica – iniciaram-se, no biênio 83/84, as negociações que orientaram as condições de transferência do grupo como um todo. Participaram destas negociações, representantes da CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco, empresa responsável pelo empreendimento), representantes da FUNAI (3ª SUER – REC) e a liderança do grupo indígena das quais resultou um acordo conveniado entre as partes onde estabeleceu-se a data de 31/12/87 como prazo para a conclusão do reassentamento. A questão crucial residiu na escolha do local para o reassentamento agrícola já que a nova aldeia continuaria a ocupar a área urbana de Nova Rodelas.

Foi na escolha desta nova área agrícola que dificuldades e conflitos políticos internos se exacerbaram até levar ao definitivo fracionamento do grupo (FUNAI – 1984). O segmento liderado então pelo Cacique Manoel Eduardo Cruz e pelo Pajé Armando Gomes Tuxá, motivado por sentimentos telúricos e de ancestralidade optaram por Riacho do Bento área que, em passado remoto, foi habitada pelos índios Tuxá, situada a 20 km da sede da nova cidade de Rodelas, e que se caracteriza como caatinga, com seu solo pedregoso, sua vegetação rala e escassa, mas que possui, entre os seus 4.000 ha, uma mancha fértil que permite o desenvolvimento de agricultura irrigada em aproximados 100 ha, embora não destituído de riscos, como por exemplo, a salinização.

O grupo opositor, liderado então por Manoel Novaes e Raul Valério, alegando que aquelas terras não eram boas e não garantiriam a reprodução sócio-econômica de todo o grupo, decidiu procurar outra área para o reassentamento agrícola, passando a arrematar famílias que os seguissem. Diante da escassez de ter-

(5) Dados retirados de um "folder" informativo: ITAPARICA – CHESF

ras férteis nas proximidades de Rodelas (o que após o enchimento do lago seria ainda mais difícil, segundo a própria CHESF reconhecia naquela ocasião, pois "as áreas que serão inundadas (...) compreendem a esmagadora maioria de terras de boa qualidade representada pelo aluvião depositado durante milênios" [CHESF, 1985] , visitaram algumas opções possíveis terminando por optar definitivamente por Ibotirama (BA), a 1.200 km de Rodelas. Neste município, distante cerca de 10km de sua sede, a CHESF adquiriu as fazendas Morrinhos e Oiteiros, para onde seguiram as primeiras famílias, em maio de 1986.

Não se fazem necessárias, extensas e aprofundadas argumentações, para que se perceba a dimensão totalizadora desta mudança, imperiosa frente ao avanço das águas, não só em nível da organização geocológica como também da organização social, política, econômica e cultural do grupo. Quanto à primeira, temos a mudança de áreas ribeirinhas e insulares para uma borda de lago estéril e árida, e ainda, para uma área agrícola característica da caatinga. Este aspecto, por sua vez, implica alterações na organização econômica do grupo pois exige redefinições de suas práticas agrícolas, de suas culturas, assim como, de sua organização do trabalho e da produção. Vale destacar que, no caso de Riacho do Bento, a distância entre essa área e a área residencial exigirá um disciplinamento grupal das atividades econômico-produtivas, o que, anteriormente, era definido individualmente. Esse mesmo aspecto exigirá das mulheres verdadeiro contorcimento já que terão que conciliar o "trabalho na roça com as tarefas domésticas, entre os quais existe uma distância de 20 km

Em nível da organização social e política temos um grupo fracionado com a ruptura inevitável de relações de amizade, de compadrio e mesmo familiares, e o estabelecimento de uma nova liderança em franca oposição àquela existente anteriormente, assim como o fracionamento subgrupal que passa a ocorrer no processo adaptativo dos grupos de Rodelas e de Ibotirama. Os compromissos assumidos pelas duas lideranças com seus respectivos grupos, sendo o mais delicado a garantia de que seriam bem sucedidos em suas opções, coloca essas lideranças em riscos iminente devido às dificuldades de adaptação, tanto em uma quanto em outra opção. Já citamos anteriormente os riscos de salinização em Riacho do Bento e em Ibotirama, o isolamento e o caráter pioneirístico que assume o transformar as fazendas Morrinhos e Oiteiros em espaço social, cultural e economicamente significativo. Estas dificuldades transparecem em depoimentos vários, dentre os quais citamos o de Expedito Valério, dirigido ao representante da CHESF: "A gente tem sofrido muito, doutor. Lá não é brincadeira, não". Sabemos que do grupo optante por Ibotirama já emanaram desistências que não foram acatadas pelo grupo de Rodelas, em clara demonstração de que o fracionamento é definitivo.

Do domínio cultural queremos destacar suas dimensões psico-afetivas e mítico-simbólicas, sobretudo aquelas relativas à Ilha da Viúva, antiga área agrícola do grupo. É sabido que, nas sociedades agrárias, os vínculos que seus membros estabelecem com a terra não podem ser comparados àqueles estabelecidos a partir de uma lógica do capital nas sociedades industriais. Assim é que os índios Tuxá fizeram desta Ilha uma reedição do mito da "Mãe-terra provedora", aquela que nunca permitiu que o espectro da fome e do desamparo econômico se concretizasse. Com sua perda, estes aspectos voltam a rondar o grupo, cada dia sendo mais fortemente percebidos em face do atraso nas obras relativas ao reassentamento agrícola e, por decorrência, na retomada de suas atividades produtivas nos novos locais de moradia e de trabalho.

4. SITUAÇÃO ATUAL:

O grupo indígena Tuxá possui, atualmente, uma população aproximada de 1.200 indivíduos, distribuídos em cerca de 220 unidades domésticas ⁷ que possuem, em média, 6 pessoas por unidade ⁸, nos municípios de Rodelas (106 unid.), Ibotirama (104 unid.) e Inajá (10 unid.). Os que vivem hoje em Inajá, são provenientes de Itacuruba, de onde saíram também por força do reservatório de Itaparica. Das 106 unidades domésticas de Rodelas, 100 estão aldeadas e 06 permaneceram no meio urbano, mantendo a mesma situação anterior à implantação da UHE Itaparica.

Cabe ressaltar que mesmo habitando espaços geograficamente separados, o grupo era coeso, ainda que existissem querelas no seu interior. Os índios que viviam em Itacuruba e na área urbana de Rodelas praticavam a agricultura na Ilha da Viúva e com isto estreitavam relações e sentiam-se como membros do grupo maior. Da mesma forma, partilhavam das suas cerimônias e rituais, tanto sagrados quanto profanos. Relações de compadrio freqüentemente estabelecidas também ajudavam a fortalecer a coesão entre os subgrupos.

A partir do reassentamento, os índios de Itacuruba terão como área agrícola, lotes irrigados em alguma agrovila próxima a Inajá, rompendo assim o último elo com o restante do grupo. O grupo citadino, com sua decisão de permanecer na área urbana de Rodelas após ter concordado em retornar à aldeia, estabeleceu uma área de conflito com a liderança Tuxá-Rodelas além de perder o direito a receber os lotes irrigados em Riacho do Bento e a assistência da FUNAI. Esta é uma questão ainda não solucionada e que tem gerado revoltas nos dois grupos.

O que estamos chamando aqui de grupo maior, também foi fracionado (ver item 3). Cento e uma famílias permaneceram em Rodelas sob a liderança do Cacique Manoel Eduardo Cruz, e cerca de 104 famílias foram para Ibotirama sob a liderança do Cacique Manoel Novaes.

É inexequível, no âmbito deste artigo considerar as minúcias deste processo de reassentamento, pois elas são por demais numerosas. Assim sendo, optamos por delinear apenas suas linhas mais gerais.

Os procedimentos referentes ao reassentamento agrícola dos dois grupos (Tuxá-Rodelas e Tuxá-Ibotirama) envolveram indenizações de seus roçados, benfeitorias, fruteiras, assim como de barcos e motores que foram desativados em face das novas condições de produção que enfrentarão. Nas áreas destinadas para tanto, serão desmatados (2 ha) e irrigados (1 ha) para cada família implantar seus primeiros roçados: estando também assegurada a implantação de todo o sistema de irrigação, assim como assistência técnica durante 5 anos.

Foi ainda conveniada, a implantação de um "projeto integrado de pesca e pecuária".

Entretanto, todas as obras referentes ao reassentamento agrícola dos dois grupos estão atrasadas, sendo o novo prazo para a sua conclusão previsto para dezembro de 1988. Tal situação configura-se como o ponto nevrálgico do processo que ora descrevemos. Isto porque conformou uma situação de ociosidade quase ple-

(6) A situação aqui descrita retrata os períodos compreendidos entre 14/20 de março e entre 13/18 de junho de 1988, ocasiões em que foram coletados, em campo, os dados nos quais nos fundamentamos.

(7) Fonte: Posto Indígena Rodelas e Posto Indígena Ibotirama.

(8) Média coletada no Grupo Tuxá-Rodelas e Grupo Tuxá-Ibotirama.

na que vem gerando desentendimentos e fissuras de ordem política no interior dos dois grupos que podem levá-los à dissolução. Com sua base econômica desarticulada e sem conseguir vislumbrar a retomada de suas atividades na agricultura, os índios Tuxá voltam-se em busca de alternativas de trabalho que obscureçam o espectro da fome e vençam a ociosidade.

Para este período intercalar, entre a desativação e a retomada de suas atividades produtivas, a CHESF assegurou o pagamento de um auxílio mensal de 2 1/2 salários-mínimos de referência que, no período da realização da pesquisa (março/88), representava Cz\$ 10.600,00 e deverá ser mantido "até o máximo nove meses da implantação do sistema definitivo de irrigação dos lotes que lhes foram destinados" (Convênio CHESF/FUNAI). Entretanto, esse valor não será capaz de garantir sozinho a sobrevivência de famílias que chegam a contar com até 12 membros. Os índios Tuxá têm consciência disso, e nas palavras do Pajé Armando Gomes Tuxá, o pensamento geral: "Isso aí não vale nada. Isso seria muita coisa se nós tivesse plantado lá, em qualquer terra, né. Aí a gente ia ter o feijão, ia ter o arroz, ia ter a cebola, ia ter a batata. Então esse dinheiro aí, ia ser muito dinheiro. Mas prá nós comê, um ano ou dois desse dinheiro, esse dinheiro não dá prá nada. Vai resultar, manhã ou depois, quando for daqui a quatro, cinco meses, a família fica nua, o pai, a mãe, o marido fica nu, descalço... que esse dinheiro não vai dar prá ele comer e vestir".

Quanto à antiga aldeia, foi permutada por duas novas: a CHESF assegurando sua relocação com a infra-estrutura necessária e substituindo os prédios de uso coletivo e benfeitorias. Uma em Ibotirama e outra na cidade de Rodelas. O acesso à casa própria se deu por três vias: permuta e indenização para aqueles que eram proprietários no período do cadastramento. Para os inquilinos a CHESF forneceu o terreno, o material de construção e a mão-de-obra, ficando o inquilino responsável pela fundação, serviços de acabamento e instalações elétricas e hidro-sanitárias. Mesmo aqui os índios Tuxá depararam-se com dificuldades e atropelos inerentes ao ritmo apressado do final da construção das aldeias. As queixas mais frequentes referem-se ao precário abastecimento d'água, às rachaduras e infiltrações d'água nas paredes das casas e aos entupimentos e empoçamentos mais diversos.

Afora estas dificuldades de ordem prática, outras existem no domínio psico-afetivo. Para exemplificar, citamos o impacto da chegada à nova aldeia vivenciado pelos índios Tuxá-Rodelas. Egressos de uma aldeia cercada por uma mata de algaroba relativamente densa, margeada ao lado direito pelo rio São Francisco e configurada por uma rua bem arborizada, depararam-se com uma aldeia parcialmente concluída, localizada em área com paisagem árida e semi-desértica que agride ao homem habituado à geocologia ribeirinha. As palavras do Pajé Armando Gomes Tuxá, mais uma vez, refletem o descontentamento geral quanto à recolocação residencial: "Assim como a CHESF nos tirou de lá, que nós vivia lá no nosso local tudo bem, sem pensar em nada, e ela chegar prá fazer isso com a gente: ela tinha que localizar nós num lugar prá nós ficar despreocupado. Ainda que não ficasse bem satisfeito, mas ficava mais pur ali assim né?! Porque retirada, num existe boa, mas que ela tivesse feito uma coisa que agradasse a gente. Mas não como ela fez".

5. ALGUMAS OBSERVAÇÕES

Queremos salientar, de início, que a remoção de grupos indígenas de seus territórios é prevista pelo Estatuto do Índio em seu artigo 20: "Em caráter, excepcional e por qualquer dos motivos enumerados, poderá a União intervir, se não hou-

ver solução alternativa, em área indígena, determinada a providência por decreto do Presidente da República". No parágrafo primeiro, onde estão dispostas as situações nas quais a remoção é permitida, encontramos aquela em que se viu envolvido o Grupo Tuxá, no inciso "d": "para a realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional" ⁹. Vê-se, mais uma vez aqui, a pertinência do conceito antropológico de integração (ver item 1) quando afirma a ausência de autonomia das sociedades indígenas em suas articulações com a sociedade nacional.

Com relação aos índios Tuxá, podemos dizer que eles desempenharam importante papel nas mesas de negociações; fizeram suas escolhas, impuseram suas condições e exigências, e chegaram a algumas conquistas como também a algumas perdas. Dentre as conquistas vale ressaltar que cerca de 50% do grupo total que não tinha acesso à terra, no período anterior ao reassentamento, passará a tê-lo. Este aspecto é importante na medida em que poderá reverter o processo de proletarianização rural ao qual o grupo estava submetido (ver item 1). Também importante é o acesso dos antigos inquilinos, cerca de 13 famílias, à casa própria. Estes aspectos positivos do reassentamento, no entanto, não eliminam, nem diminuem, aquilo que foi perdido: a coesão tribal, o habitat imemorial, a "Mãe-Terra provedora" consubstanciada na Ilha da Viúva, e todas as ressonâncias que podem ter estes aspectos estruturantes da sociedade e dos índios Tuxá.

Quanto ao desempenho da empresa responsável pelo empreendimento gostaríamos de tecer algumas considerações que pensamos estar na base de algumas das dificuldades e dos desacertos que se evidenciaram no período posterior ao reassentamento.

A ausência de um estudo antropológico prévio que identificasse as formas de apropriação e de relação com o espaço geocológico e suas implicações nos níveis sociocultural e econômico, assim como as formas de organização destes três domínios em nível objetivo e subjetivo. Tal estudo deveria subsidiar todas as medidas e decisões referentes ao grupo Tuxá e assim diminuir os impactos inerentes a toda e qualquer remoção de grupos humanos, tornando menos doloroso este processo.

A ausência de um acompanhamento sistemático e especializado que dê conta da complexidade sociocultural da situação vivenciada pelos índios Tuxá e que forneça subsídios à condução das negociações, através de uma compreensão mais aprofundada das realidades envolvidas. Acreditamos que este acompanhamento teria agido como um facilitador no processo de negociações fazendo com que as relações entre os seus atores fluíssem com maior facilidade e sob menor tensão emocional.

Finalmente, queremos salientar o fato de que foram privilegiadas as obras de engenharia da U.H.E. Itaparica e negligenciadas as obras de caráter social, aquelas referentes ao reassentamento da população atingida, quanto à qualidade e ao prazo de conclusão das obras. Pensamos que o atraso nas obras de caráter social representa um grande risco para o sucesso do empreendimento. Isto não ocorre apenas com a população branca reassentada em agrovilas, mas também com os índios Tuxá. Considerada como um todo, esta população está habituada ao trabalho diário nos roçados, a prover o básico de sua dieta alimentar através desse trabalho e a organizar seu cotidiano e suas expectativas em função do ritmo desse mesmo trabalho. A longa espera de um ano para a retomada destas atividades produtivas poderá gerar alguns efeitos perversos indesejáveis e danosos.

Estas observações visam a contribuir com outros processos semelhantes que deverão ocorrer, já que o programa de geração hidrelétrica a partir do Rio São

(9) Ver também Constituição Federal, vigente até 05/10/88, Artigo 153, Parágrafo 22.

Francisco não termina com a U.H.E. Itaparica, mas prosseguirá com Xingó, como é de conhecimento público, e, possivelmente em Ibó/Orocó onde atualmente são realizados estudos de viabilidade para a instalação em futuro próximo, de duas hidrelétricas atingindo área ocupada pelo Grupo Indígena Truká¹⁰ Transcendendo a região do São Francisco lembramos que, tanto na região Sul quanto na região Norte do Brasil, foram construídas usinas hidrelétricas que também exigiram a remoção de grupos humanos, tanto de sociedades indígenas quanto de sociedades regionais, e que novas hidrelétricas serão construídas em consonância com a política de geração de energia adotada pelo Governo Federal

Retornando ainda ao Grupo Indígena Tuxá e a sua remoção, queremos reafirmar que se trata de um grupo humano que se despede de seu habitat imemorial e que teve suas relações míticas, afetivas, sociais e econômicas, bruscamente interrompidas. Encaram o futuro com esperanças, mas também com incertezas e apreensões fundamentadas em dados objetivos. Estas últimas revelam-se em depoimentos que não devem ser menosprezados, como por exemplo o do cacique Manuel Eduardo Cruz (Tuxá-Rodelas): "A minha preocupação é que o amanhã... ela (CHESF) pode até nos deixar antes do prazo. Eu quero deixar bem claro, e estou forçando, para que ela não deixe ao abandono antes de chegar o ponto certo. Isso eu vou batalhar, perante a FUNAI e as entidades que nos apóia, para que aquilo permaneça em dia. Só afastar quando deixar todo mundo satisfeito... satisfeito é quando a produção tá constante".

(10) Informação colhida junto à Hidroservice Engenharia de Projetos Ltda.

6. BIBLIOGRAFIA

- AGOSTINHO, Pedro. "Emancipação do Índio" *Ciência e Cultura*, v. 32, n. 2, 1980.
- AMORIM, Paulo M. "Acamponesamento e proletarização das populações indígenas do nordeste brasileiro" *Boletim do Museu do Índio*, n.2, 1975.
- CARVALHO, Maria do Rosário. "Um estudo de caso: Os índios Tuxá e a construção da Barragem de Itaparica." In: *O índio perante o direito*. Florianópolis: UFSC, 1982.
- CHESF – "Reservatório de Itaparica: Plano de desocupação". Recife, 1985.
- CHESF/FUNAI – "Convênio CHESF/FUNAI" – Recife, 1987.
- FUNAI – "Relatório Tuxá". Recife, 1984.
- HIDROSERVICE/CHESF – "Avaliação dos impactos socioculturais decorrentes da construção da UHE ITAPARICA sobre os grupos indígenas Pankararu (PE), Pankararé (BA), Tuxá (BA), Atikum (PE) e Truká (PE)". Recife, 1987.
- HOHENTHAL JR., W D. "As tribos indígenas do médio e baixo São Francisco." *Revista do Museu Paulista*, v. 12, n. 5, 1960.
- MUSEU DO ÍNDIO "Relatório Tuxá". Rio de Janeiro: 1986.

